



Retenções escolares estão relacionadas com práticas de delinquência, concluem os investigadores

BRUNO SIMÕES CASTANHEIRA

Crimes juvenis. Maioria dos jovens falta às aulas e já chumbou

Metade destes jovens já teve um contacto com a justiça e quase um terço foi alvo de uma “medida tutelar educativa”

KÁTIA CATULO
katia.catulo@ionline.pt

Vivem na periferia de Lisboa, têm entre 16 e 17 anos, já tiveram pelo menos uma retenção escolar ou são de famílias que enfrentam problemas de negligência parental, violência doméstica ou dependências de álcool ou drogas. Este é o perfil da delinquência juvenil na região de Lisboa, que surge na investigação do Centro de Estudos Sociais (CES) de Coimbra.

O estudo, ontem apresentado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, mostra que mais de 60% destes jovens de Lisboa presentes a juizes de menores faltam às aulas com frequência e 76% tinham já uma ou mais retenções escolares. Tam-

bém mais de metade mostrou comportamentos agressivos e um quarto mostrou ter “problemas de desobediência ou com figuras de autoridade”.

Os dados permitem aos investigadores concluir que as retenções escolares estão relacionadas com práticas de delinquência. Daí a urgência de detectar estas situações numa fase precoce: “Não é possível pensar numa solução sem se pensar na escola”, explicou à Lusa o coordenador do projecto, João Pedroso, avisando que as medidas actuais são insuficientes e que qualquer política vocacionada para esta população terá de envolver a família e o meio.

O projecto de investigação do CES analisou 100 inquéritos tutelares educativos arquivados e 104

processos tutelares findos, de 2012, provenientes dos tribunais de família e menores de Lisboa, Setúbal, Barreiro, Loures e o Juízo de Família e Menores Grande Lisboa-Noroeste (Sintra). Os resultados revelam ainda que cerca de metade destes jovens já teve um contacto com o sistema judicial e quase um terço foi alvo de uma “medida tutelar educativa” – 18 na comunidade e dez em internamento.

Um terço dos jovens invoca problemas económicos graves como justificação principal para ter praticado os crimes. Contudo, com a crise, não se tem observado “um aumento visível” da delinquência juvenil na área metropolitana de Lisboa, diz João Pedroso, ressaltando ainda que “todos os jovens” levados a tri-

bunal vêm de famílias empregadas, embora a viver com o salário mínimo e com profissões pouco qualificadas.

Por outro lado, os grupos familiares deparam-se com “múltiplas problemáticas”, de violência doméstica (23%) a negligência parental (mais de 30%) ou dependências de álcool ou drogas (10%). Há ainda 34% de jovens oriundos de famílias nucleares e 19% a viver só com a mãe, registando-se ainda que 17% dos jovens estavam institucionalizados “no âmbito de processos de promoção e protecção”, relativos a sanções anteriores.

João Pedroso sublinhou ainda a baixa percentagem de processos que acabam com uma sanção por parte do tribunal (15%), sendo mais de metade dos processos arquivados. O projecto de investigação, que também se debruça sobre o fenómeno da delinquência juvenil feminina, concluiu também que o MP “é mais prescindente” com as raparigas no que toca ao arquivamento do processo tutelar.

Contudo, quando vão à fase judicial e são acusadas, “há uma resposta mais dura” por parte do tribunal, em comparação com os rapazes, sendo a proporção de raparigas institucionalizadas, no âmbito do programa de promoção e protecção, sensivelmente o dobro dos rapazes, diz o investigador. *Com Lusa*